

- Debate -
10º Fórum da Internet no Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=qqMdiY8AxCU>

EAD: Desafios e oportunidades no Brasil



Relatório

23.09.2020

PROPONENTE

Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social - Terceiro Setor

PARTICIPANTES:

Palestrantes:

Jamila Venturini - Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade - Lavits - Comunidade Científica e Tecnológica - São Paulo (SP)

Matteus Martins - Secretaria de Educação da Bahia - Setor Governamental - Salvador (BA)

Vicente Vieira Filho - Manifesto Games - Setor Empresarial - Recife (PE)

Andressa Pellanda - Campanha Nacional pelo Direito à Educação - Terceiro Setor - São Paulo (SP)

Paulo Rená - Instituto Beta para Internet e Democracia - Terceiro Setor - Brasília (DF)

Moderadora e responsável pelo relatório final:

Olívia Bandeira - Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social - Terceiro Setor - São Paulo (SP)

Relator:

Paulo Rená - Instituto Beta para Internet e Democracia - Terceiro Setor - Brasília (DF)

Abertura:

Letícia Catellan - Campo Grande (MS) - Programa Youth Brasil

TEMÁTICA

O debate sobre a educação a distância ou educação por meio das tecnologias e

pela Internet, no contexto da governança, envolve, entre outros aspectos:

1. Acesso à internet e qualidade do acesso
2. Desigualdades que dificultam o exercício do direito à educação e podem se aprofundar
 - a. Urbano vs. Rural
 - b. Centro vs. Periferia
 - c. Sudeste vs. Nordeste
 - d. Classe A/B vs. D/E
 - e. Banda larga fixa vs. Banda larga móvel
 - f. Negros/pobres/indígenas vs. Brancos/ricos/não indígenas
3. Proteção de dados
4. Direitos autorais
5. Tecnologias proprietárias vs. recursos educacionais abertos
6. Pensar a própria tecnologia a partir de processos educativos

OBJETIVO

O objetivo do debate foi produzir um **material de referência** de **potenciais** e **desafios** na implementação da EaD no Brasil a partir de uma visão multissetorial e por meio da participação de público qualificado do FIB que pudesse também desembocar em uma **agenda de ações** para superação dos desafios, com **orientações** aos diversos setores. Como desdobramento do workshop, tal material será produzido pelo Intervozes em diálogo com os demais integrantes da mesa, não apenas a partir do debate do FIB, mas também por meio de materiais adicionais.

RESULTADOS PROPOSTOS E ATINGIDOS

O workshop pretendia levantar e discutir **potenciais** e **desafios** para o ensino a distância no Brasil, a partir de uma perspectiva multissetorial, e permitir a elaboração de uma lista de ações possíveis para superação dos desafios que pudessem embasar a ampliação desse debate para públicos não especialistas e ser uma base para construção de uma agenda de reuniões e diálogos multissetoriais para dar consequência às ações levantadas. Como resultados, foi possível colocar atores de diferentes setores para expor suas principais preocupações relativas ao tema, potencialidades no uso das tecnologias na educação e as dificuldades encontradas na prática, tendo em vista o contexto brasileiro. Foi possível identificar semelhanças e diferenças nas visões dos diferentes setores sobre o tema. As diferenças se referem sobretudo a questões relativas à existência de **riscos** associados ao uso das tecnologias na educação, dessa forma, um resultado não

previsto do workshop foi a necessidade de adicionar a ideia de **risco** aos **potenciais** e **desafios**. Também foi possível engajar a audiência - que enviou muitas perguntas e comentários por meio do chat - na problematização do tema. Ficou evidente como a educação a distância é um dos principais temas a desafiar a governança da internet hoje, sobretudo com as mudanças provocadas pela pandemia do novo coronavírus, e da necessidade de uma agenda permanente de pesquisas, debates e construção de ações sobre o tema.

JUSTIFICATIVA

O Ensino a Distância coloca na mesa diversos temas relevantes para a governança da Internet como o acesso à conexão (e a qualidade da conexão) e a dispositivos, o modelo regulatório de propriedade intelectual no cenário digital bem como suas limitações e exceções, e a proteção de dados, incluindo os de sujeitos vulneráveis como crianças e adolescentes. Muitas dessas questões estão em processo de mudança. A política de telecomunicações, por exemplo, está em momento chave, de consolidação do marco regulatório a partir da aprovação da Lei 13.879/2019. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) traz disposições específicas para o tratamento de dados de crianças e adolescentes, mas requer um detalhamento quanto às práticas legítimas e os cuidados e garantias requeridos para lidar com dados sensíveis como os de processo educacional de crianças e adolescentes. Quanto à propriedade intelectual, o governo Federal abriu consulta pública para alterar a Lei de Direitos Autorais brasileiras e mantém um grupo interministerial para discussões de modelos inovadores para o uso e gestão da propriedade intelectual. Ou seja, este é um momento bastante propício para uma ação multissetorial articulada para garantir que os desafios para implementação de ferramentas EaD sejam superados e que a introdução de novas tecnologias na educação possa apoiar o Brasil na garantia e promoção de direitos. Diante da pandemia do coronavírus, a implementação do ensino a distância foi acelerada e cabe uma reflexão urgente sobre os impactos na educação brasileira e como agir rapidamente para que essa seja positiva. Considerando que as mudanças na educação devem consolidar um novo cenário de uso das tecnologias, é importante criar pontes entre os debates de governança da internet e de políticas e gestão da educação.

METODOLOGIAS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Cada palestrante foi convidado a selecionar desafios e oportunidades para a implementação do Ensino a Distância no Brasil, explicar os motivos da escolha e apontar ações que possam acelerar o alcance da oportunidade e superação do desafio. A moderação foi responsável por apresentar o tema no início do debate, relacionar os tópicos escolhidos pelos palestrantes e problematizar as ações propostas. Cada palestrante teve 7 minutos para a fala inicial, e o relator foi convidado também a participar dos debates com suas reflexões. No desenho inicial do workshop, que seria realizado de forma presencial, a ideia era que o público

presente se manifestasse em inscrições de até 4 minutos, problematizando as colocações dos palestrantes, sempre iniciando a fala pela escolha de uma oportunidade e um desafio para a implementação do Ensino a Distância. A moderação complementar as questões a partir da participação remota, considerando os comentários no Twitter com a hashtag #EducaçãoConectada. No formato online, a participação da audiência teve de ser resumida a comentários colocados no chat do YouTube. Ainda assim, foi possível incluir a participação da audiência, uma vez que recebemos muitas perguntas que foram respondidas pelos/as palestrantes na última rodada do workshop. É preciso destacar, para fins de avaliação das metodologias online, a dificuldade que a moderação encontrou para controlar o tempo dos/as palestrantes, pela dificuldade dos/as mesmos/as de acompanhar os avisos que eram dados pelo chat interno da plataforma, o que atrapalhou um pouco o desenvolvimento da metodologia tal como prevista. Este relatório contém uma síntese dos debates, além de uma sistematização de pontos de convergência (entendidos como aqueles mencionados por todos/as ou quase todos/as os participantes), pontos de divergência (entendidos como visões diferentes sobre um mesmo assunto apresentadas ou pontos que foram destacados por apenas um/a ou poucos/as participantes, sem que necessariamente tenha havido uma discussão sobre o tópico) e pontos a aprofundar (questões elaboradas pelo proponente do workshop a partir do debate visando o aprofundamento do tema em outras oportunidades).

SÍNTESE DOS DEBATES

Olívia Bandeira - mediadora - coordenadora executiva do Intervenções - terceiro setor

Mini-bio: Doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF). Possui graduação em Comunicação Social pela mesma instituição. Faz parte da Coordenação Executiva do Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social, onde responde por ações de pesquisa, formação e articulação internacional.

- Proposta: problematizar o ensino a distância, olhar para os desafios e oportunidades na interface entre educação e acesso à Internet, considerando as políticas públicas relacionadas, tendo como princípio os direitos humanos e sociais, o direito à informação, direito de acesso à Internet e à educação.
- EaD é parte de um debate mais amplo sobre uso de tecnologias na educação.
- Quando falamos de governança, o primeiro ponto é acesso à internet e qualidade do acesso, que se tornou mais problemático na pandemia,

aprofundando as desigualdades que já existiam no que se refere a acesso à tecnologia e educação no Brasil.

- TIC Domicílios e TIC Indivíduos 2019: desigualdades no acesso relativas a classe social, região, meio urbano/rural e, pela primeira vez, mostra desigualdades relativas à raça/etnia. Anatel: limite do acesso pré-pago das classes DE (planos pré-pagos com limites de franquia). Os grupos que têm menos acesso e de pior qualidade são os mais atingidos pela pandemia e seus efeitos negativos.
- Crescimento das parcerias de governos com grandes plataformas digitais e uso massivo dos dados pessoais de professores, alunos/as e funcionários/as, sem autonomia e sem transparência, muitas vezes feitas sem respaldo da legislação, como LGPD.
- Modelo regulatório de propriedade intelectual no cenário digital bem como suas limitações e exceções.
- Desafios relacionados ao próprio uso das tecnologias e os modelos pedagógicos que acompanham os projetos de uso dessas tecnologias na educação.

Jamila Venturini - pesquisadora - Rede latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade (Lavits) - comunidade científica e tecnológica

Mini-bio: jornalista e mestra em Ciências Sociais com foco em Educação pela FLACSO Argentina, acabou de defender sua dissertação sobre uso de tecnologias na educação. É da Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS), também integra o Intervozes. É coordenadora regional na Derechos Digitales, organização que atua há 15 anos pela proteção e defesa dos direitos humanos nos ambientes digitais.

- Celebração acrítica ao uso de tecnologias na educação e, por isso, há mais desafios do que oportunidades.
- Poucas oportunidades no uso da tecnologia como mediadora da educação a distância no Brasil, muitos desafios, quando se pensa em educação básica.
- A implementação do modelo de ensino remoto emergencial, forçado pela pandemia, é uma pequena amostra desses desafios.
- O discurso do potencial das tecnologias de educação a distância e outras tecnologias de mediação oculta uma série de desigualdades que estão colocadas no cenário brasileiro e são desveladas para alguns neste

momento. Não é apenas uma perspectiva cega, mas também oportunista ao apresentar um discurso caracterizado por:

- Desvalorização discursiva dos professores, classificados como preguiçosos, antiquados e pouco competentes.
- Aderente ao neoliberalismo.
- Necessidade de adaptar o sistema de ensino na América Latina para que seja competitivo na sociedade do conhecimento.
- Estimula o deslocamento do papel do docente que será um apoiador de uma educação que será personalizada e auto-orientada pelos estudantes a partir da interação e de uma ideia de que cada um pode escolher trajetórias de formação.
- Promoção da educação em favor do desenvolvimento econômico, baseada na ilusão de “natividade digital” que oculta as desigualdades de acesso a
 - conexão
 - dispositivos
 - capacitação
 - habilidades
- Superação depende de mudanças nas estruturas da sociedade brasileira, que vão muito além da distribuição de chips e dispositivos.
- Ignora o papel central dos projetos pedagógicos e do docente.
- O discurso implícito é o da neutralidade tecnológica, sendo que as tecnologias são inseparáveis dos processos políticos, sociais e econômicos que as produziram e dos efeitos também sociais, políticos e econômicos que têm na sociedade. As tecnologias e sistemas materializam uma determinada forma de conceber o mundo que pode alterar a forma como as pessoas interagem entre si e seu contorno.
- Plataformas comerciais silenciosamente inseridas no contexto educacional, especialmente em situação emergencia acarreta em:
 - Naturalização dos valores, ideais e outros que estão embutidos.
 - Ampliação da vigilância.
 - Horizontalização dos conhecimentos de maneira acrítica.
 - Imposição da personalização baseada no consumo e isso para além da modalidade de uso de tecnologia para ensino a distância.
 - Gera nova camada de opacidade nos processos
 - exemplos
 - Correção secreta de tarefas por robôs.
 - Uso do histórico de navegação dos estudantes.
 - Adoção de algoritmos preditivos potencialmente

enviesados e preconceituosos. As meninas são direcionadas para matérias de humanas e os meninos para as de exatas a partir de uma ideia de personalização.

- A experiência da pandemia permite visualizar o cenário:
 - Acirramento das desigualdades
 - Maior privatização pela entrada das empresas no âmbito educacional

Matteus Martins - Secretaria de Educação da Bahia - Setor Governamental

Mini-bio: Assessor de Planejamento e Gestão da Secretaria de Educação da Bahia. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2006). Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (2016), onde estudou Agroindústrias da Agricultura Familiar. Doutorando em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Trabalhou como consultor de organismos internacionais, como a FAO e o IICA, desenvolvendo estudos sobre desenvolvimento rural.

- O governo do estado da Bahia tem experimentado as dificuldades:
 - Lidar com as desigualdades de acesso à Internet em termos de raça, classe e região
 - Demais desigualdades históricas que acompanham a sociedade.
- Potencialidade: ser ferramenta de inclusão e potencializar a aprendizagem
 - Levar conhecimentos múltiplos e educação formal a lugares isolados e comunidades de difícil acesso, como comunidades indígenas e quilombolas
 - Desenvolvimento de rede social e de conhecimentos para além do local
 - Levar para a rede de educação conhecimentos para além da educação formal, como carga complementar e regular, promovendo educação integral.
 - Podem apoiar na educação especial crianças e adolescentes com deficiência.
- Desafios
 - Desigualdade de acesso e conexão: números das pesquisas Cetic. Importante destacar que 15 milhões não têm conexão em casa. E 25% dos brasileiros não sabem usar os recursos da Internet e quando apontamos a tarefa para os pais, ou professores, é possível que estejamos delegando também a reprodução das desigualdades.
 - Exclusão digital potencializa desigualdades, inclusive entre países

- Letramento digital
- Cobertura por fibra ótica: dados da Anatel mostram que a maior parte dos municípios que não têm infraestrutura de fibra ótica estão localizados no norte e nordeste.
- Discurso neoliberal de substituição de professores e que retira interação e relações de afeto, as diferenças e desentendimentos, a rotina de encontros

Vicente Vieira Filho - Manifesto Games - Setor Empresarial

Mini-bio: Doutor em Jogos Digitais e sócio-fundador e diretor de negócios da empresa Manifesto Games, responsável pela plataforma educacional Geppetto. O Geppetto é um mundo virtual de aprendizado de inglês baseado em jogos para apoiar o ensino online e híbrido da escola de idiomas Red Balloon e é usado por mais de 80 mil alunos.

- As crianças estão habituadas a receber uma quantidade enorme de estímulos. Um volume maior do que qualquer outra geração. Então se entediam muito rápido. Isso gera um impacto que é a falta de interesse e o abandono escolar. A falta de motivação representa motivo para abandono escolar para 40% dos alunos. Outro aspecto muito relevante é a questão econômica: a necessidade do estudante priorizar a renda. O Brasil é o terceiro país na lista de maior taxa de evasão escolar, em torno de 24%. Este era um cenário que já estava colocado.
- Com a pandemia de Covid podemos esperar que esses números tenham uma piora ainda maior. A maior parte das escolas não estava preparada para utilizar as tecnologias.
- O modelo a ser adotado é o da tecnologia como apoio ao processo educacional. Teríamos que adotar um modelo híbrido, em que a tecnologia seja adotada dentro de um cenário do futuro digital dessas novas gerações.
- E, no entanto, observamos a adoção de modelo online que tenta replicar aquele da sala de aula. E este não é o caminho. A meu ver, precisamos misturar os formatos de oferta de conteúdo, que as crianças e jovens já buscam, com o conteúdo relevante que a escola tem a oferecer. Precisamos de ferramentas para apoiar o ensino-aprendizagem, mas sem tentar transpor o que funciona no ambiente físico da escola.
- Tornar o processo educacional mais lúdico e mais ativo, importante no contexto em que alunos são nativos digitais que já nascem imersos na tecnologia.
- Tornar o aluno um agente ativo de seu processo de aprendizagem, em vez de

uma caixa vazia de conteúdos, por meio do uso das tecnologias.

- Na minha provocação, quero trazer os jogos como elemento lúdico que pode apoiar o processo de ensino aprendizagem. Pode trazer um modelo de colaboração entre estudantes e estudantes e professor.
- Os jogos também podem oferecer que os estudantes construam seus processos ativamente.
- Os jogos também nos avisam quando as crianças estão falhando e esta falha tem que ser bem recebida e aponta a necessidade de atenção.

Andressa Pellanda - Campanha Nacional pelo Direito à Educação - Terceiro Setor

Mini-bio: Coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por meio da qual também integra uma série de espaços relacionados, como o Comitê Diretivo da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação e a Campanha Global pela Educação. Andressa é mestrandia em Relações Internacionais (IRI/USP), pós-graduada em Ciência Política (FESP/SP) e bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (ECA/USP). Desenvolveu consultoria para a Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, atuou como jornalista do Observatório da Educação da Ação Educativa, na assessoria do Movimento por um Brasil literário, da Aliança pela Infância, da campanha Eu Quero Minha Biblioteca e da Fundação Abrinq, e também atuou por 6 anos como educadora popular.

- Grandes desafios:
- A legislação não flexibilizou a necessidade das escolas atenderem a carga horária, com exceção do ensino infantil. LDB prevê 800 horas e 200 dias letivos. E aí foi necessário manter as atividades. O argumento é de que a educação precisa manter sua função de proteção, em processo de interlocução com as suas famílias.
- A LDB também determina que existam padrões mínimos de qualidade e insumos básicos. Então, ao passo que há autonomia para apresentação do conteúdo, há também um dever do estado em garantir os insumos necessários.
- Neste sentido, é importante destacar que o que temos agora não é ensino à distância. São atividades remotas, educação remota. Transpor o processo ensino-aprendizagem para o modelo EaD requer adaptação, leva um tempo. Não dá para fazer de uma hora para outra. Então apenas transpomos o modelo presencial para o remoto.
 - efeitos adversos nos estudantes
 - aprendizagem
 - psicossocial

- descumprimento de direitos educacionais
 - Discrepância no acesso à Internet entre alunos das redes pública e privada, que aprofunda a discrepância de acesso à educação entre os dois públicos. E isso está relacionado à ausência de financiamento adequado na educação para prover os insumos. E aí os profissionais da educação estão “tirando leite de pedra”.
 - Diferenças de acesso decorrentes de condições socioeconômicas dos estudantes que tem disparidade de acesso a outros insumos que impactam na possibilidade das crianças e jovens estudarem.
 - impacto da água potável, alimentação e saneamento
 - Aumento da coleta de dados
 - parcerias públicas privadas, sendo que as empresas privadas não observam princípios de justiça tributária. Caso contribuíssem para a arrecadação do Estado, vale dizer, poderíamos estar discutindo outro nível de investimento em educação.
 - Pressão do setor privado
 - ignora situação de calamidade.
 - A reabertura precisa aguardar a segurança sanitária.
 - Enquanto não reabre, não é razoável que as crianças fiquem sem o apoio da educação remota. É importante ter este apoio da Internet para manter um mínimo de arcabouço para garantir direitos.
- Soluções
 - Garantir que os dados pessoais sejam protegidos.
 - Adotar recursos educacionais abertos.
 - Prover internet e dispositivos para estudantes e professores, mas não apenas para cumprir com o currículo, mas para construir políticas que não sejam discriminatórias que vinculem educação e proteção e observem as famílias e as comunidades escolares.
 - Temos dois projetos de lei em tramitação no COngresso Nacional, o 3462 e o 3466 que, se aprovados, poderiam nos auxiliar a prover Internet para os estudantes de forma adequada.
 - Impostos pagos pelas empresas poderiam gerar recursos para educação

Paulo Rená - Instituto Beta para Internet e Democracia - Terceiro Setor

Mini-bio: Professor universitário e pesquisador do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Mestre em Direito, Estado e Constituição (UnB). Gestor da elaboração do

Marco Civil da Internet (Ministério da Justiça). Ativista no Instituto Beta: Internet & Democracia, ONG integrante da Coalizão Direitos na Rede.

- Lugar de fala: sou pessoa negra, pai, professor, pesquisador e ativista.
- Faço parte do Instituto Beta: Internet & Democracia. Temos este nome porque entendemos que a tecnologia sozinha não resolve os problemas colocados.
- Oportunidade: fazer diferente no enfrentamento dos desafios, utilizando as tecnologias.
- Desafios: os mesmos, com mais riscos e desprovidos de experiência. Quando as pessoas apresentam propostas, estas não foram testadas em modelo de pandemia.
- Legislação
 - Arcabouço educacional
 - Marco Civil da Internet traz previsão legal de que “O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico”, mas não é respeitada.
- Hipermodernidade: intensificação de desafios e de oportunidades
 - Pares contrapostos de igualdade/ desigualdade e diferença/indiferença
 - Educação passava por severos questionamentos desconsiderados
 - conteudismo, desatualização, precarização, mercantilização
 - algumas soluções iam no caminho mais humanizador
 - contato analógico
 - projetos interdisciplinares de longo prazo
 - “mão na massa” provocando curiosidade pela teoria
 - construção do saber científico
 - as TICs dificultam ou deslegitimam outras soluções
 - analfabetismo e “letramento”
- Não dá pra esperar a solução das desigualdades
 - A tecnologia precisa ser ferramenta de enfrentamento
 - A tecnologia traz o risco de acirramento
- Analfabetismo e “letramento”

PERGUNTAS E COMENTÁRIOS DA AUDIÊNCIA

- Despreparo e inaptidão dos professores para uso das ferramentas

- Possibilidade de aumento da evasão por mau uso da tecnologia
- Demora da TIC Domicílios em publicar dados relacionados à raça/etnia
- Crítica ao investimento dos governos, como o da Bahia, em tecnologias de vigilância, que promovem discriminação e necropolítica, como as tecnologias de reconhecimento facial
- Contratação de pessoas negras pelo mercado de games
- Desafios e potencialidades da Ciência de Dados Educacionais aplicada via EaD
- Como o EaD pode atingir comunidades isoladas diante das desigualdades apontadas nas pesquisas
- Debate se universidades públicas e prefeituras deveriam investir ou não em EaD como opção permanente

CONSENSOS, DISSENSOS E PONTOS A APROFUNDAR

| Tipo de manifestação | Conteúdo | Consenso ou dissenso | Pontos a aprofundar |
|-----------------------------|---|-----------------------------|---|
| Posicionamento | Acesso desigual à internet, desigualdades históricas do país relacionadas à classe, raça/etnia e território é desafio à implementação de EaD. | Consenso | Que políticas são necessárias para a universalização do acesso. Como discutir acesso em territórios como os dos povos e comunidades tradicionais. |
| Posicionamento | Uso de EaD na educação revela e aprofunda desigualdades já existentes, que se referem a classe, raça/etnia, território e condições sociais mais amplas. | Consenso | Aprofundar o debate sobre qual o papel da tecnologia no aprofundamento ou na superação das desigualdades. |
| Posicionamento | Pandemia forçou o | Dissenso | Discussão de |

| | | | |
|-----------------------|---|-----------------|---|
| | <p>uso de EaD sem que o poder público, os/as profissionais da educação estivessem preparados. vs. Em um cenário de ausência de investimentos públicos na educação e de ausência de políticas robustas, pandemia deixou parcela grande de alunos/as sem acesso à educação, sobretudo em redes públicas, violando o direito de acesso à educação.</p> | | <p>parâmetros para adoção de EaD para além da pandemia. Aprofundar as discussões das diferenças entre sistemas públicos e sistemas privados de ensino. Mapear experiências exitosas de uso das tecnologias na educação bem como os modelos pedagógicos e sociedade que as acompanham. Discutir as tecnologias a partir do conceito de direito de acesso à educação. Discutir o orçamento público na educação.</p> |
| <p>Posicionamento</p> | <p>EaD como alternativa à educação formal em lugares distantes e uso de tecnologias como imperativo em uma sociedade midiaticizada. vs. Tecnologias como complementar, a serviço do projeto pedagógico, do contato e do afeto como centrais no processo educativo.</p> | <p>Dissenso</p> | <p>Qual (is) o (s) modelo (s) de educação queremos para o país e de que forma as tecnologias podem ser aliadas nesse processo?</p> |

| | | | |
|----------------|--|----------|--|
| Posicionamento | Pandemia foi aproveitada por entes públicos e empresas privadas para ampliar o projeto neoliberal na educação. vs. Uso de tecnologias é necessário para atrair atenção dos/as alunos/as, evitar evasão escolar e tornar Brasil competitivo. | Dissenso | Discutir de que formas as tecnologias e a educação a distância têm sido utilizadas na conformação de um modelo de educação baseado em "trajetórias de vida" que pode naturalizar e ampliar as desigualdades existentes. |
| Posicionamento | Discurso neoliberal sobre uso das tecnologias na educação desvaloriza o papel e as competências das/os professoras/es, que estão "tirando leite de pedra" na pandemia, e trata erroneamente alunos/as como "nativos digitais". vs. Alunos/as estão mais preparados para lidar com as tecnologias do que os/as professores, que precisam dominar as ferramentas para não ficarem "atrasados". | Dissenso | Entender as formas de apropriação tecnológica pelos diferentes atores do sistema de ensino, levando em consideração as diferenças entre os sistemas público e privado, além das diferenças e desigualdades históricas no Brasil. Mapear os problemas, desafios e potencialidades da educação a partir do cotidiano e da prática de professores/as e alunos/as. |
| Posicionamento | As tecnologias não são neutras e seu desenvolvimento está associado a processos sociais, políticos e econômicos mais | Dissenso | Discutir que modelo de tecnologia queremos. Mapear quem desenvolve as tecnologias que |

| | | | |
|----------------|---|----------|--|
| | amplos. vs. O desenvolvimento das tecnologias é um processo dado e a escola precisa se adaptar a ele. | | estão sendo usadas na educação e discutir, a partir da prática e das realidades de alunos/as e professores, que outras tecnologias e modelos tecnológicos poderiam ser desenvolvidos. |
| Posicionamento | Implementação da educação a distância por meio das grandes plataformas digitais privadas introduziu na escola vigilantismo, personalização acrítica dos conteúdos, lógica do consumo, além de uso de algoritmos enviesados e preconceituosos. vs. Uso de tecnologia na educação é uma realidade inevitável. | Dissenso | Falta de transparências das grandes plataformas digitais em relação aos seus algoritmos e ao uso de dados pessoais. Falta de transparência e controle público em relação aos contratos firmados entre as secretarias de educação, instituições de ensino e as empresas privadas. |
| Proposta | Prover internet para estudantes e professores | Consenso | Discutir as políticas de inclusão digital no Brasil, o uso do FUST e do Fundeb. |
| Proposta | Inclusão digital na educação vai muito além do acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos. vs. Acesso às | Dissenso | Qual (is) o (s) modelo (s) de educação queremos para o país e de que forma as tecnologias podem |

| | | | |
|----------|--|----------|---|
| | tecnologias e falta de habilidade dos professores como problema prioritário a ser resolvido. | | ser aliadas nesse processo? |
| Proposta | Garantir que os dados pessoais da comunidade escolar sejam protegidos. | Dissenso | Discutir as parcerias público-privadas na educação, a transparência das tecnologias e dos contratos e a adequação às legislações de proteção existentes, como Marco Civil da Internet e LGPD. |
| Proposta | Adotar recursos educacionais abertos. | Dissenso | Discutir modelos de negócios utilizados na educação. |
| Proposta | Impostos pagos pelas empresas poderiam gerar recursos para educação. | Dissenso | Discutir a taxaço das grandes plataformas digitais. |

REFERÊNCIAS

1. [COVID-19, o novo coronavírus: Guia sobre Educação a Distância](#)
2. Campanha Nacional pelo Direito à Educação: <https://campanha.org.br/>
3. Nota conjunto Educação na Pandemia: <https://intervozes.org.br/publicacoes/posicionamento-educacao-a-distancia-durante-a-pandemia-de-covid-19/>
4. Artigo Ensino a Distância pode aumentar desigualdades: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-o-ensino-a-dist%C3%A2ncia-pode-agravar-as-desigualdades-agora>

5. Denúncia da sociedade civil à CIDH sobre violações do direito de acesso à informação e à internet na pandemia: <https://intervozes.org.br/violencia-e-divergencia-de-opiniao-e-desinformacao-e-liberdade-de-expressao-afirma-governo-na-cidh/>